



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 51 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da **Lei n. 10.520/2002**, nos incisos I, III, V e parágrafo 2º do art. 9º do **Decreto n. 5.450/05**, bem como o disposto no **Decreto n. 7.892/2013** (Sistema de RP e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Almojarifado elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formado um Registro de Preços para a aquisição eventual dos materiais a serem detalhados.

2. DO OBJETO

2.1. DA ESPECIFICAÇÃO E DA QUANTIDADE:

2.1.1. Formação de **registro de preços** para aquisição eventual de **MATERIAL PROCESSAMENTO DE DADOS**, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almojarifado – SEALM e da Seção de Gestão do Parque Computacional – SEGPC, deste Tribunal, **durante o exercício 2019 e 2020**, conforme especificações descritas, em razão de itens não adjudicados no Pregão Eletrônico n. 05/2019 (processo SEI n. [0003196-86.2018.6.22.8000](#)).

TABELA 01 - ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE
01	Tipo de alimentação: DC (tensão contínua). Tensão de entrada: 127V/220V 60Hz. Tensão de saída: 5V. Corrente de saída: 3A. Conector compatível com conector barril Jack 2.5x5.5mm com centro positivo. Referência de encaixe - PJ-002B. Conexões de 1.8 metros.	Unidade	60
02	Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB	Unidade	200
03	Cartucho de toner tinta cor preta , de altíssimo rendimento para impressora	Unidade	400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507).		
04	Cartucho de toner cor ciano , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293).	Unidade	400
05	Cartucho de toner tinta cor magenta , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506).	Unidade	400
06	Cartucho de toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508).	Unidade	400
07	Cartucho de toner tinta cor preta , para impressora laser Monocromática para impressora LEXMARK MX410DE , alto rendimento, com capacidade máxima para até 10.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT	Unidade	400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

438898).		
----------	--	--

2.2. REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

1. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, **MARCA E MODELO** do produto ofertado.
2. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.
3. O quantitativo descrito na planilha é estimativo, não obrigando a Administração à sua aquisição.
4. Caso haja dúvida em relação à qualidade do material proposto, a administração solicitará amostras do licitante.
5. **Para os itens 03 a 07, os produtos deverão ser ORIGINAIS DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO**, pois estão em período de garantia técnica, e o licitante deverá declarar que, caso sagre-se vencedor, apresentará, no ato da entrega do bem, documentação idônea comprovando a origem do bem, ou seja, que o mesmo foi adquirido do fabricante ou de distribuidor credenciado
6. As embalagens não poderão conter emendas, rasuras ou sinais de violação de qualquer tipo, bem como não serão aceitas se estiverem amassadas, manchadas ou apresentarem danos aparentes.
7. Não serão aceitos cartuchos de toners remanufaturados, recarregados, reconicionados, reciclados ou falsificados, sob pena do afastamento do certame e aplicação das penalidades cabíveis.
8. Cabe à Seção de Almoxarifado o direito de recusar o produto que não corresponder aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
9. Poderão ser solicitados prospectos como também amostras para dirimir qualquer dúvida que possa existir quanto a qualidade dos produtos.

2.3. DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS PARA FORMAÇÃO DO SRP

2.3.1. Por força da previsão normativa do art. 14, do Decreto n. 7.862/2013, que atribui à Ata de Registro de Preços a natureza de compromisso de fornecimento, o quantitativo descrito na planilha é estimativo, não obrigando a Administração à sua aquisição efetiva.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

2.4.1. Quando não forem expressos nas especificações dos materiais (**TABELA 01**), o período de garantia remanescente e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

2.5 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pilhas e baterias; pneus; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista 38; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes; toners e cartuchos de tinta devem observar o sistema de **logística reversa** nos termos da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto n. 7.404/2010.

Deve ser incluída, no termo de referência e na minuta de contrato (se houver), cláusula prevendo a obrigação da coleta, pela contratada, dos resíduos oriundos da contratação, para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsáveis pela sua destinação final ambientalmente adequada.

a) Cartuchos de tinta, de toner e cilindros devem observar os seguintes procedimentos:

I. A sistemática de recolhimento deve indicar as quantidades mínimas de cartuchos e/ou cilindros a serem recolhidos por evento, o intervalo e os responsáveis pelo recolhimento, bem como a especificação e detalhamento da sua destinação;

II. Os cartuchos e/ou cilindros usados devem ser permutados, sempre que possível, por suprimentos novos equivalentes, sem custo adicional, mediante relação de troca estabelecida em função do número de unidades recolhidas pela contratada.

b) Devem ser considerados apropriados os procedimentos de destinação de cartuchos de tinta, de toner e cilindros somente quando orientados para:

I. Reaproveitamento ou reutilização das peças e componentes dos suprimentos não sujeitos a desgastes, efetivados sob supervisão do fabricante dos produtos;

II. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos dos suprimentos, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, a ser efetivada pelo fabricante ou importador do produto ou por representante autorizado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.5.1. DA LOGÍSTICA REVERSA

Em cumprimento ao art. 33, I, §§ 5º e 6º da Lei N. 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto N. 7.404/2010 e considerando a determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a CONTRATADA **deverá realizar a logística reversa para os itens 03 a 07** (conforme adjudicação), bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, que se dará da seguinte forma:

1. Os cartuchos/cilindros/produtos eletrônicos vazios/usados deverão ser coletados pela contratada na Seção de Almoxarifado, localizada no edifício sede do TRE-RO, mediante recibo de recolhimento (modelo Anexo), no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados após a solicitação formal do TRE-RO, com respectivo registro no processo de contratação.
2. As coletas serão realizadas, uma vez no ano, preferencialmente entre os meses de janeiro e março, onde serão disponibilizados o mínimo de 60 (sessenta) unidades de cartuchos/ toner vazios/ usados, até o prazo máximo de dois anos, contados a partir da contratação.
3. Todos os custos, bem como todo o investimento com transporte, coleta e infraestrutura de atuação logística, para a plena execução da política reversa, são de responsabilidade da CONTRATADA para o respectivo item;
4. **A CONTRATADA deverá informar em sua proposta a forma de implementação da logística reversa, desde já indicando um responsável e seu contato (telefone e e-mail);**
5. Na execução dos serviços de logística reversa, serão exigidos documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição, nos termos da legislação vigente.
6. **No momento da apresentação da proposta comercial, deverá ser comprovado que o fabricante do produto possui plano de coleta, reciclagem e/ou descarte ambientalmente adequados, através do sistema de logística reversa, em obediência ao disposto nos §§ 5º e 6º do art. 33, da Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Caso o fabricante não possua o plano de coleta, caberá a CONTRATADA apresentar documentação comprobatória de que outra empresa fará a gestão de resíduos sólidos, a logística reversa e descarte dos cartuchos usados, dentro das normas que regem a matéria, visando a sua efetiva execução.**
7. A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade da CONTRATADA, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Todo custo/desconto referente à realização da logística reversa deverá estar incluído no valor dos produtos fornecidos;
9. O prazo estimado para recolhimento de todo material contratado será de até 02 (dois) anos após a última entrega do material licitado no Pregão Eletrônico.
10. A quantidade de cartuchos/cilindros/produtos eletrônicos a ser recolhida não será superior à fornecida pela CONTRATADA.
11. O não atendimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. DA NECESSIDADE

3.1.1. Justifica-se este registro de preços para eventual aquisição de **Materiais de Processamento de Dados**, em razão da manutenção das atividades laborais ordinárias para o bom andamento das atividades administrativas e judiciais deste Tribunal, 100% informatizadas, especialmente, no tocante a suprimentos de impressão.

3.1.2 A Licitação pretendida foi objeto do Pregão Eletrônico n. 05/2019 - SEI n. **0003196-86.2018.6.22.8000**, porém os itens acima foram desertos/fracassados durante a negociação do pregoeiro, por isso nova licitação com atualização das especificações, quantidades, e, sobretudo, valor, está sendo pleiteada.

3.1.3 Considerando que a unidade gestora e fiscalizadora SEGPC não respondeu conforme solicitado quanto a necessidade dos bens de TI (exceto cartuchos, auto-falantes, cabo de flash) esta COMAP encaminha o TR apenas com os objetos principais e essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos das unidades. Os demais itens serão incluídos no Plano de Contratações 2020.

Abaixo, quadro resumo com o resultado da licitação anterior:

ITEM	MATERIAL	Resultado da Licitação Pregão 05/2019
10	Fonte AC-DC para Flash	ITEM DESERTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	Alto-falantes para utilização portátil	ITEM DESERTO
21	Cartucho de toner - LEXMARK CX410DE	ITEM 21 CANCELADO NA ACEITAÇÃO - FRACASSADO
22	Cartucho de toner - LEXMARK CX410DE	ITEM 22 CANCELADO NA ACEITAÇÃO - FRACASSADO
23	Cartucho de toner - LEXMARK CX410DE	ITEM 23 CANCELADO NA ACEITAÇÃO - FRACASSADO
24	Cartucho de toner - LEXMARK CX410DE	ITEM 24 CANCELADO NA ACEITAÇÃO - FRACASSADO
26	Cartucho de toner - LEXMARK MX410DE	ITEM 26 CANCELADO NA ACEITAÇÃO - FRACASSADO

3.1.3. Para atender satisfatoriamente a essa demanda é necessário que a Seção de Almoxarifado mantenha um estoque adequado destes materiais, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária. Registre-se que alguns dos materiais acima já exauriram seu quantitativo de estoque, bem como não há ata vigente para sua nova contratação. A contratação consta no Plano Anual de Contratações 2019.

3.1.4. O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração a estatística de consumo anterior, bem como a demanda futura ordinária de 2019, acrescido, neste TR a necessidade para o fechamento do cadastro eleitoral que ocorrerá entre janeiro e maio de 2020.

3.2. DA SOLUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.1. A SEALM e a SEGPC efetuam seu planejamento anual de aquisição de material, que foi instrumentalizado neste Termo de Referência, especificamente para os materiais em questão.

3.2.2. Esta futura compra é notoriamente necessária para o bom andamento das atividades judiciais e administrativas deste Tribunal. Para atender satisfatoriamente a essa demanda é necessário que a Seção de Almoxarifado mantenha um estoque adequado de materiais de expediente, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária vindoura, bem como as aquisições que ocorram pontualmente nos períodos solicitados.

3.3. DO AGRUPAMENTO DE SUBELEMENTOS DE DESPESA

a) Opta-se, neste Termo de Referência, pelo agrupamento dos seguintes subelementos de despesas:

17 – Material de Processamento de Dados e eletrônicos;

29 – Material de Áudio, Vídeo e Foto.

b) O agrupamento ora adotado é permitido pela Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, em seu art. 2º, § 1º, I. Isso porque os materiais em questão guardam semelhança e são, geralmente, fornecidos por um mesmo ramo de comércio, o que amplia o interesse de participação. Busca-se, dessa forma, alcançar maior competitividade. Além disso, ao lançar mão desse agrupamento, verificam-se as seguintes vantagens:

I – Instauração de um único procedimento, deflagrando-se um único certame para aquisição de diversos itens;

II – Economia processual, pois a tramitação ocorrerá em um único processo;

III – Competitividade, uma vez que empresas de ramos diversificados poderão participar do mesmo certame disputar todos os itens, se assim o quiserem.

3.4. DA EXIGÊNCIA DE TONER ORIGINAL DO FABRICANTE E SIMILAR

Para os itens 03 a 07, os produtos deverão ser ORIGINAIS DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, pois estão em período de garantia técnica e o licitante deverá declarar que, caso sagre-se vencedor, apresentará no ato da entrega do bem a documentação idônea



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovando a origem do bem, ou seja, que o mesmo foi adquirido do fabricante ou de distribuidor credenciado.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. DOS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2019 e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficiência: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2. DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos contábeis para alinhar às necessidades orçamentárias, ao aprimoramento do processo eleitoral e à prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1.1. É conveniente para a Administração que o material ora solicitado seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – Permite a otimização do espaço disponível. A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria um espaço físico deveras elevado, caso a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso. Cite-se, como exemplo, as Pastas Registradoras AZ de lombo largo, as quais serão utilizadas durante todo o ano vindouro, de modo que a aquisição será feita em período hábil anterior, de modo que não ocorra a aquisição de todos os itens em parcela única, mas sim em conformidade com o cronograma determinado pela Administração do TRE-RO, contido no **Capítulo 6, item 6.3** deste TR.

Além disso, alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas que certamente se dará durante a vigência da Ata. Cite-se como exemplo "Cartolina", cujo estoque suportará à demanda de aproximadamente 05 meses, desta forma, fatalmente teremos que adquirir durante o curso da Ata vigente.

Assim, está presente o requisito previsto para sua adoção na forma do art. 3º, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013;

II – A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado, na forma do art. 3º, inciso III, do Decreto n. 7.892/2013.

5.1.2. Como registrado no capítulo 3 deste TR, embora haja atas de registro de preços vigentes para todos os itens listados neste documento - constantes dos processos 0000025-24.2018.6.22.8000 (cujas atas têm validade até 06/07/2019) - há de ser feito novo registro de preços porque, ou os itens estão exauridos, ou seus quantitativos são insuficientes para atender as demandas deste Regional para o exercício de 2019.

5.2. DO REGISTRO DE “IRP”:

5.2.1. Em razão dos **itens 5, 8, 10, 12 e 16 terem sido cancelados por inexistência de proposta** e os **itens 1, 2, 21, 22, 23, 24, e 26 ficaram fracassados** pois os preços propostos pelas licitantes foram manifestamente superiores aos estimado e pesquisado nos órgãos da administração pública, obrigando a recusa das propostas devido ao preço, pois não atendia ao TR (Processo SEI nº [0003196-86.2018.6.22.8000](#) - Pregão Eletrônico 05/2019). Diante da atual situação em que se encontra o estoque, até o presente momento não foi repostado e tendo em vista que, a Seção de Almoxarifado mantenha um estoque adequado de materiais de expediente, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária vindoura (Biometria/2019), bem como, a opção pela Intenção de Registro de Preços, adicionaria considerável tempo no procedimento licitatório, decidiu-se pela dispensa de Abertura de Intenção de Registro de Preços, conforme dispõe o art. 4º § 1º do Decreto n. 7.892/2013, atendendo ao princípio da celeridade.

5.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

5.3.1. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário. Justifica-se a possibilidade de adesão:

a) em razão das **especificações dos bens**, de emprego bastantes usuais na maioria dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP;

b) além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

5.3.2. De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3.3. De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. 5.3.4. No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

5.4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União – DOU.

6. DO VALOR ESTIMADO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O valor estimado do registro de preços é de **R\$ 796.517,87** (setecentos e noventa e seis mil quinhentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), de acordo com a pesquisa realizada no site eletrônico “banco de preços”, descrita no Item 6.2 deste TR e demonstrado na tabela adiante:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 03 - PESQUISA DE PREÇOS**MAT. EXPEDIENTE VARIADOS**

ITEM	MATERIAL	Quantidade	PREÇO MÉDIO DO ITEM (R\$)	PREÇO MÉDIO TOTAL DO ITEM (R\$)
01	Tipo de alimentação: DC (tensão contínua). Tensão de entrada: 127V/220V 60Hz. Tensão de saída: 5V. Corrente de saída: 3A. Conector compatível com conector barril Jack 2.5x5.5mm com centro positivo. Referência de encaixe - PJ-002B. Conexões de 1.8 metros.	60	70,22	4.213,20
02	Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB	200	110,19	22038,67
03	Cartucho de toner tinta cor preta , de altíssimo rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507).	400	R\$ 385,21	R\$ 154.085,33
04	Cartucho de toner cor ciano , de	400	R\$	R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293).		395,39	158.156,67
05	Cartucho de toner tinta cor magenta , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506).	400	R\$ 371,94	R\$ 148.774,00
06	Cartucho de toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508).	400	R\$ 372,06	R\$ 148.823,33
07	Cartucho de toner tinta cor preta , para impressora laser Monocromática para impressora LEXMARK MX410DE , alto rendimento, com	400	R\$ 401,07	R\$ 160,426,67



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	capacidade máxima para até 10.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT 438898).			
				R\$ 796.517,87

6.2 - Os valores acima foram obtidos por meio do sistema do banco de preços e a partir de pesquisa de mercado realizada perante as empresas que participaram do Pregão Eletrônico n. 05/2019.

6.3 - Os itens referentes aos toners sofreram acréscimo de quantidade pois o material encontra-se "zerado" no estoque do Almoxarifado. E, ao passo em que ocorre a demora na conclusão do pregão, mais próximo fica-se em relação ao período do fechamento do cadastro eleitoral (janeiro a maio) e das Eleições 2020, razão pela qual a necessidade de aumento do quantitativo de toners. Ressalte-se que por se tratar de registro de preços, a aquisição é estimada, não obrigando a administração à sua contratação na totalidade, somente o que for necessário e conveniente e dentro dos limites orçamentários para desenvolvimento das atividades da secretaria e dos cartórios eleitorais.

6.2 DA PESQUISA DE PREÇOS:

6.2.1. Os valores unitários foram obtidos por meio de pesquisa de preços (Eventos 0384165 e 0384803) realizada no âmbito da Administração Pública (Sistema Banco de Preços) e no Mercado (informação 345 – 038518), conforme demonstrado na planilha de composição de preços abaixo:

TABELA 03 - PESQUISA DE PREÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MAT. EXPEDIENTE VARIADOS										
I T E M	MATERIAL	Quantidade	PREÇOS PESQUISADOS NA INTERNET/ MERCADO R\$			PREÇOS PESQUISADOS NO BANCO DE PREÇOS R\$			PREÇO MÉDIO DO ITEM (R\$)	PREÇO MÉDIO TOTAL DO ITEM (R\$)
			PREÇO 01	PREÇO 02	PREÇO 03	PREÇO 04	PREÇO 05	PREÇO 06		
01	Tipo de alimentação: DC (tensão contínua). Tensão de entrada: 127V/220V 60Hz. Tensão de saída: 5V. Corrente de saída: 3A. Conector compatível com conector barril Jack 2.5x5.5mm com centro positivo. Referência de encaixe - PJ-002B. Conexões de 1.8 metros.	60	70,22						70,22	4.213,20
02	Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema	200	101,72			110,86	118,00		110,19	22038,67



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB									
03	<p>Cartucho de toner tinta cor preta, de altíssimo rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507).</p>	400	R\$ 280,00	R\$ 500,00	R\$ 537,35	R\$ 339,00	R\$ 334,93	R\$ 320,00	R\$ 385,21	R\$ 154.085,33
04	<p>Cartucho de toner cor ciano, de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para</p>	400	R\$ 280,00	R\$ 500,00	R\$ 537,35	R\$ 350,00	R\$ 355,00	R\$ 350,00	R\$ 395,39	R\$ 158.156,67



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293).									
05	Cartucho de toner tinta cor magenta , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora.	400	R\$ 280,00	R\$ 500,00	R\$ 537,35	R\$ 290,81	R\$ 323,95	R\$ 299,50	R\$ 371,94	R\$ 148.774,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506).									
06	Cartucho de toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE , com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508).	400	R\$ 280 ,00	R\$ 500 ,00	R\$ 537 ,35	R\$ 287 ,00	R\$ 298 ,00	R\$ 330 ,00	R\$ 372 ,06	R\$ 148. 823, 33
07	Cartucho de toner tinta cor preta , para impressora laser Monocromática para impressora LEX MARK MX410DE , alto rendimento, com capacidade	400	R\$ 280 ,00	R\$ 500 ,00	R\$ 632 ,47	R\$ 339 ,00	R\$ 334 ,93	R\$ 320 ,00	R\$ 401 ,07	R\$ 160, 426, 67



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máxima para até 10.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT 438898).										
VALOR TOTAL										R\$ 796. 517, 87

6.2.2. DOS ITENS COM MENOS DE 3 PESQUISAS DE PREÇOS

1. No item 1 não havia registros do referido item no banco de preços, embora tenha efetuado buscas em sítios eletrônicos, somente uma empresa enviou resposta à cotação como se vê no anexo (Evento 0424146).

6.3 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.3.1. O quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 04 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ITEM	MATERIAL	QTDE	VALOR UNITÁRIO	2º SEM 2019	1º SEM 2020	2º SEM 2020	QTDE MÍNIMA
01	Tipo de alimentação: DC (tensão contínua). Tensão de entrada: 127V/220V 60Hz. Tensão de saída: 5V. Corrente de saída: 3A. Conector compatível com conector barril Jack 2.5x5.5mm com centro positivo. Referência de encaixe - PJ-002B. Conexões de 1.8 metros.	60		-	30	30	30
02	Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB	200		-	100	100	100
03	Cartucho de toner tinta cor preta , para impressora laser Monocromática para a impressora LEXMARK MX410DE, alto rendimento, com capacidade mínima para 5.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2	400		200	100	100	50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT 438898)						
04	Cartucho de toner tinta cor preta , de altíssimo rendimento para impressora laser Policromática LEX MARK CX410DE, com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507)	400		200	100	100	50
05	Cartucho de toner cor ciano , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEX MARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora.	400		200	100	100	50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293)						
06	Cartucho de toner tinta cor magenta , de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506)	400		200	100	100	50
07	Cartucho de toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508)	400		200	100	100	50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:

6.4.1. Tratando-se de formação de registro de preços, deixa-se de indicar a dotação orçamentária nesta oportunidade, entendendo, não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

6.4.2. A execução orçamentária das aquisições efetivas ocorrerá da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO
Orçamento Ordinário 2019/2020 Material de Expediente AOSA CONSUM PROCESSAMENTO DE DADOS e MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 796.517,87

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado, sem IRP**, consoante as condições definidas neste TR.

7.2. DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA PARTE DOS ITENS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM 03 a 07: *Para atendimento do art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006 e caput do art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, esta unidade se manifesta pela divisão deste item, correspondente a 400 (quatrocentos) **cartuchos de toner LEXMARK** para impressora - com destinação de 25% (vinte e cinco por cento) para atendimento das referidas normas.*

DEMAIS ITENS: *Considerando que os valores individuais estimados para esses itens da contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a **exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.*

7.3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

7.3.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

I – O valor estimado do item é o parâmetro máximo de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta;

II – As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO (no que couber)** dos objetos ofertados;

III – A PARTICIPANTE deverá informar em sua proposta:

a) Para os itens 03 a 07: *A forma de implementação da logística reversa, desde já indicando um responsável e seu contato (telefone e e-mail). Caso não possua, deverá apresentar documentação comprobatória de que outra empresa fará a gestão de resíduos sólidos, a logística reversa e descarte dos cartuchos usados, dentro das normas que regem a matéria, visando a sua efetiva execução;*

b) Para os itens 03 a 07: *Declaração que, caso sagre-se vencedor, apresentará, no ato da entrega do bem, documentação idônea comprovando a origem do bem, ou seja, que o mesmo foi adquirido do fabricante ou de distribuidor credenciado.*

IV – O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta;

V – Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o pregoeiro poderá solicitar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;

VI – O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue e se o fizer informará ao fornecedor;

VII - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validade e garantias;

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado;

IX - Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a **12 (doze) meses, nos termos do Capítulo 2, item 2.4 deste TR;**

X - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

XI - As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

7.4. DA HABILITAÇÃO:

I - Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

II - Habilitação fiscal: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

III - Habilitação técnica dispensada: A exigência se encontra no campo da discricionariedade da Administração, que a exerce em face do binômio necessidade/utilidade, motivo pelo qual se entendeu não aplicável a exigência da apresentação de atestado técnico operacional das licitantes em razão do objeto do certame, todos bens de pronta entregas. Além disso, a dispensa do atestado encontra amparo na norma expressa do § 1º do art. 32 da Lei n. 8.666/93. Veja-se:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, **fornecimento de bens para pronta entrega** e leilão. (negritou-se e grifou-se)

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9. DO CONTRATO

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1. DO PRAZO DE ENTREGA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

9.2.1. São obrigações da Administração contratante:

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) **Receber provisoriamente** os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) **Receber definitivamente** os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realizado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2.2. São obrigações da Administração a contratada, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital do certame e seus anexos, em sua proposta e na Ata de Registro de Preços, obriga-se a contratada:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/2051/ 2000.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e 14h às 18h.

a.3) **Para os itens 03 a 07:** Apresentar, no ato da entrega, documentação idônea comprovando a origem do LOTE ENTREGUE, ou seja, que o mesmo foi adquirido do fabricante ou de distribuidor credenciado.

a.3.1.) São documentos aptos à comprovação da origem do lote entregue: I) declaração do fabricante, representante ou distribuidor; II) nota fiscal eletrônica; III) documentos idôneos equivalentes.

b) Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008- TRE-RO.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

i) Manter atualizados todos os seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefones e identificação do Representante Legal da Empresa, durante todo o período de Vigência da Ata de Registro de Preços.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

10.2. SANÇÕES MORATÓRIAS

10.2.1. O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

10.3. DAS SANÇÕES PUNITIVAS

Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, nos seguintes termos:
 - b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pela descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;
 - b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;
 - b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;
 - b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;
 - b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.4. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.5. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.6. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.7. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.8. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.9. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

10.10. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 11 de junho de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 13/06/2019, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001457-44.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Análise final – Pregão nº 015/2019 – SRP – aquisição de material de processamentos de dados

PARECER JURÍDICO Nº 0444742 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – COMAP ([0420394](#)), objetivando a **aquisição de Material de Processamento, decorrente do Pregão Eletrônico n. 05/2019**, para formação de registro de preços (**Processo SEI n. 0003196-86.2018.6.22.8000**), posto que ficaram **fracassados** alguns itens, com vistas a atender a demanda ordinárias do TRE-RO.

02. Após regular tramitação, veio aos autos a minuta do Edital ([0434495](#)), o qual logrou aprovação desta unidade Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº [0434495](#)/2019 – PRES/DG/AJDG, convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2019 ([0437589](#)).

03. Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados nos eventos [0437590](#) e [0438285](#). E, após sua publicação, houve apenas pedidos de esclarecimentos ao edital ([0438917](#), [0440553](#) e [0442321](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas do Pregão Eletrônico nº 15/2019 ([0442738](#));

b) Solicitação nº [0442745](#) – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC sobre manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas apresentadas e sua respectiva resposta na Informação nº 4890 – PRES/DG/STI/CLOG/SEGPC ([0442864](#));

c) Anexo de Proposta da licitante Office Tech, CNPJ nº 07.366.769/0001-77 para os itens 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 ([0443282](#));

d) Anexo de Proposta da licitante Inova Soluções, CNPJ nº 32.040.299/0001-02, para os itens 8, 10 e 11 ([0443286](#));

e) Pedido de solicitação de desclassificação no item 3 feito pela Inova Soluções, CNPJ nº 32.040.299/0001-02 ([0443313](#)); e

f) Documentos de habilitação das seguintes licitantes citadas ([0443423](#) e [0443424](#)) e da TJ Comércio de Produtos EIRELI, CNPJ nº 27.274.178/0001-87 ([0443420](#)).

05. Além disso, o pregoeiro trouxe aos autos a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 15/2019 ([0443426](#)), o Termo de Adjudicação ([0443427](#)), o relatório de resultado por fornecedor ([0443428](#)) e o comprovante de publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0443556](#) e [0443885](#)).

06. As principais ocorrências do certame foram relatadas pelo pregoeiro em seu Relatório SLC [0443621](#), que, em seguida, remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral – AJDG para análise do referido pregão ([0443623](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2019

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05 ([0438285](#)).

08. Na publicação do aviso ([0437590](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei n. 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve três pedidos de esclarecimento. Dois foram sobre as especificações do objeto pretendido (0438917 e [0440553](#)). E, um sobre o prazo de entrega do material e estava intempestivo ([0442321](#)). Todos foram devidamente respondidos por e-mail ao licitante. Não houve impugnação ao Edital.

b) Desclassificação de propostas: Não houve.

c) Lances: Os melhores lances para todos os itens deste estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0442738](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0443426](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fase de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0443621](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva, para os itens **2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12**, dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

Quanto ao item **01**, o pregoeiro **recusou** proposta, pois, na negociação, a única licitante não aceitou a redução do seu valor para preço inferior ao estimado pela Administração. **Correta a recusa com fulcro nos 8.6 do Edital** ([0437589](#)).

Destaca-se, ainda, a atuação do responsável técnico da unidade solicitante ([0442864](#)), o qual analisou as especificações técnicas dos bens ofertados e opinou na sua classificação ou desclassificação e na aceitação dos itens e propostas do Pregão Eletrônico em comento.

e) Cancelados na aceitação: Sim. O item 1 restou fracassado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Item deserto: Não houve.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes **Office Tech Tecnologia LTDA**, CNPJ nº 07.366.769/0001-77 para os itens 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 ([0443282](#)), **Inova Soluções Informativa Eireli**, CNPJ nº 32.040.299/0001-02, para os itens 8, 10 e 11 ([0443424](#)) e TJ Comércio de Produtos EIRELI, CNPJ nº 27.274.178/0001-87 ([0443420](#)) para o item 2.

Salienta-se que, nesta fase, houve duas situações, em que o pregoeiro agiu de forma adequada. A primeira foi com relação a empresa licitante TJ Comércio de Produtos EIRELI, na qual o pregoeiro, em observância ao subitem 10.2, letra “b”, do Edital, obteve as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal por meio de consulta online

Já a segunda ocorreu com a licitante Office Tech Tecnologia Ltda., na qual o Sistema sinalizou a existência de ocorrência impeditiva indireta para referida licitante. O pregoeiro, após avaliar as circunstâncias do fato concreto, constatou não haver indícios suficientes de que a empresa licitante foi criada com intuito exclusivo de burla da pena administrativa anteriormente aplicada pela Secretaria de Direitos Humanos/ PR – União à empresa MS Informática – EIRELLI.

h) Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

10. Comprova-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

11. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram economia.

12. Registra-se que a proposta para o item 1 foi recusada pelo pregoeiro, em razão de preço ofertado está muito acima daquele estimado pela Administração. O que se caracteriza **licitação fracassada em relação a este item.**

13. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/93**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

15. Conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação da hipótese de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos a serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

16. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. A este respeito, **Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário**.

17. Embora a tenha sido fracassado o item 1, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrado na Ata da Sessão Pública ([0443426](#)).

18. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, tornando legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0443427](#))**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

20. Em arremate, reafirma-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do **item 01** com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos**. De toda forma, deverá a unidade solicitante pronunciar-se acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

À consideração da autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 13/08/2019, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 13/08/2019, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001457-44.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Aquisição de Material de Processamento. Pregão nº 15/2019 - Homologação.

DESPACHO Nº 3851 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – COMAP ([0420394](#)), objetivando a **aquisição de Material de Processamento, decorrente do Pregão Eletrônico n. 05/2019**, para formação de registro de preços (**Processo SEI n. 0003196-**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

86.2018.6.22.8000), posto que ficaram **fracassados** alguns itens, com vistas a atender a demanda ordinárias do TRE-RO.

Após, regular tramitação vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para homologação do Pregão Eletrônico n. 015/2019 e seus anexos.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0443426](#)), Relatório das principais ocorrências ([0443621](#)), Relatório do Resultado por Fornecedor ([0443428](#)), Termo de Adjudicação ([0443427](#)), e publicação do Resultado da Licitação ([0443556](#)).

Houve 3 (três) pedidos de esclarecimentos ao edital, sendo devidamente respondidos ([0438917](#), [0440553](#) e [0442321](#)). Não houve impugnação ao Edital. Não houve registro de intenção de recurso.

A proposta para o item 1 foi recusada pelo pregoeiro, em razão de preço ofertado estar acima daquele estimado pela Administração, o que caracterizou **licitação fracassada em relação a este item**.

Cumpridas as fases de classificação, lances, negociação e aceitação das propostas e atendidos os requisitos de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: a) CNPJ: 07.366.769/0001-77 - OFFICE TECH TECNOLOGIA LTDA, itens 03, 04, 05, 06, 07, 09 e 12, valor R\$ 499.383,00; b) CNPJ 27.274.178/0001-87 - TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI, item 02, valor R\$ 7.658,00; c) CNPJ: 32.040.299/0001-02 - INOVA SOLUCOES INFORMATICA EIRELI, itens 08, 10 e 11, valor R\$ 87.275,00. O item 01 restou fracassado. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro ADJUDICOU o objeto do pregão às vencedoras. Valor total do certame: R\$ 594.316,00 (quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e dezesseis reais).

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do item 1 com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ([0444742](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Observa-se que, embora tenha restado fracassado o item supramencionado, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0443426](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 015/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0443427](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP para se manifestar sobre a **contratação direta do item 1**, com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento do item no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos**.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 14/08/2019, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2019

ARP nº. 64/2019

PROCESSO nº. 0001457.44.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 15/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e, CPF nº.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE,,** nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **27.274.178/0001-87**, com sede Av. Canaã, nº. 3000. Primeiro Andar, Sala 01. Setor 01. Ariquemes - RO. CEP 76.870-140. Telefone(s): 69 3535.3811, 69 99229.7977 e E-mail(s): tjvendasespeciais@gmail.com, neste ato representada por **TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI**, brasileira, portador do RG nº. 350.280/SSP-RO, e CPF nº. 326.813.642-72, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 02 do Edital. Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB. Marca: Vinik.	Unid	200	38,29	7.658,00
Valor Total da ARP (R\$)					7.658,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – CEP: 76.805-901 - Porto Velho/RO, mediante agendamento pelo(s) telefone(s) (69) 3211.2092 / 2051/ 2000.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. A Gestão e a Fiscalização do contrato serão realizadas pelos titulares da Seção de Almoxarifado e da Seção de Gestão do Parque Computacional, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. No anexo I deste instrumento constam as empresas componentes do cadastro reserva para itens desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 21 de agosto de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI Pela Adjudicatária Fornecedora
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	Roberto Cavalcanti CPF: 255.812.874-49 2ª Testemunha

ANEXO I

ARP nº. 64/2019

PROCESSO nº. 0001457.44.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 15/2019



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o item a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTA CERTAME
01	Item 02 do Edital. Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB. Marca: Vinik.	ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 05.328.910/0001-11

Documento assinado eletronicamente por **TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI**, Usuário Externo, em 22/08/2019, às 08:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 26/08/2019, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, Chefe de Seção, em 26/08/2019, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 26/08/2019, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190159

Disponibilização: 26/08/2019

Publicação: 27/08/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços nº. 63 a 65/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 15/2019/TRE-RO. Processo SEI 0001457-44.2019.6.22.8000. 1ª) ARP nº. 63/2019 – Adjudicatária: **OFFICE TECH TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ: **07.366.769/0001-77**. Objeto: I) **Item 03 do Edital**. Cartucho de toner tinta cor preta, de altíssimo rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507). Marca: Lexmark; Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 281,19; II) **Item 04 do Edital**. Cartucho de toner cor ciano, de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293). Marca: Lexmark; Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 295,98; III) **Item 05 do Edital**. Cartucho de toner tinta cor magenta, de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506). Marca: Lexmark; Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 295,56; IV) **Item 06 do Edital**. Cartucho de toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508). Marca: Lexmark. Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 292,24; V) **Item 07 do Edital**. Cartucho de toner tinta cor preta, para impressora laser Monocromática para impressora LEXMARK MX410DE, alto rendimento, com capacidade máxima para até



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT 438898). Marca: Lexmark. Unid. Quant. 300. Valor Unit. R\$ 292,56; VI) **Item 09 do Edital.** Cartucho de toner cor ciano, de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões, com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HC0 (CATMAT 429293). (Obs.: Referente a cota reservada para ME/EPP do item 4) Marca: Lexmark. Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 307,43; VII) **Item 12 do Edital.** Cartucho de toner tinta cor preta, para impressora laser Monocromática para impressora LEXMARK MX410DE, alto rendimento, com capacidade máxima para até 10.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 60FBH00 (CATMAT 438898). Marca: Lexmark. Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 304,81. Valor Total da ARP R\$ 499.383,00. 2ª) ARP nº. 64/2019 – Adjudicatária: **TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI. CNPJ: 27.274.178/0001-87. Objeto: I) Item 02 do Edital.** Alto-falantes para utilização portátil, contendo 2 autofalantes, Ativo, Potência de saída de no mínimo 1.2 Watt com amplificador integrado sistema de autofalante de 20.6 watt Alimentado via USB. Marca: Vinik. Unid. Quant. 200. Valor Unit. R\$ 38,29. Valor Total da ARP R\$ 7.658,00. 3ª) ARP nº. 64/2019 – Adjudicatária: **INOVA SOLUÇÕES INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 32.040.299/0001-02. Objeto: I) Item 08 do Edital.** Cartucho de toner tinta cor preta, de altíssimo rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 4.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19752, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HK0 (CATMAT 432507). Arca: Lexmark. Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 294,02; II) **Item 10 do Edital.** Cartucho de toner tinta cor magenta, de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HM0 (CATMAT 432506). Marca: Lexmark. Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 288,80. III) **Item 11 do Edital.** Cartucho de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

toner tinta cor amarela de alto rendimento para impressora laser Policromática LEXMARK CX410DE, com capacidade mínima para 3.000 impressões com valor de rendimento declarado em conformidade com norma ISO/IEC 19798, vida útil em armazenagem de 2 anos. Embalagem individual. Produto original do fabricante da impressora. REFERÊNCIA: 80C8HY0 (CATMAT 432508). Marca: Lexmark. Unid. Quant. 100. Valor Unit. R\$ 289,93; Valor Total da ARP R\$ 87.275,00. Valor global das ARPs: R\$ 594.316,00. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, em 26.08.2019 e pelos representantes das empresas em datas diferentes.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 26/08/2019, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 166, quarta-feira, 28 de agosto de 2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE PREÇOS REGISTRADOS

Procedimento Licitatório nº 05/2019 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SEI nº 0018835-58.2018.6.18.8000). Objeto: Aquisição de material de consumo (material de expediente), cuja Ata será encontrada na íntegra, no site www.tre-pi.jus.br.
Ata nº 20/2019: Galvão e Figueiredo Artigos de Papelaria LTDA (CNPJ: 32.465.997/0001-41) - Item 2 - Coador descartável para café de papel. Tamanho: 103; Marca: Maratá; Quantidade: 1000 caixas com 30 unidades, no Valor Unitário de R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos). - Item 4 - Borracha apagadora de escrita verde e branca. Tamanho: 17x5,5mm; Marca: Mercor; Quantidade: 700 unidades, no valor unitário de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos). - Item 5 - Papel recado autoadesivo rosa. Tamanho: 50x38mm; Marca: BRW; Quantidade: 1000 pacotes com 4 unidades, no Valor unitário de R\$ 4,64 (quatro reais e sessenta e quatro centavos). - Item 8 - Envelope tipo saco branco. Tamanho: 250x350mm; Marca: Print; Quantidade: 1000 unidades, no Valor Unitário de R\$ 0,28 (vinte e oito centavos).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico/protocolo nº 5105/2015; 2) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 32/2015 - TRE/RN; 3) Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 28/10/2019 até 28/10/2020, ficando assegurado o direito à repactuação de preços, formalizada mediante apostilamento; 4) Contratada: JMT SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE OBRAS LTDA (CNPJ nº 07.042.731/0001-36); 5) Fundamento legal: art. 57, II, da Lei 8.666/93 e Cláusula 6ª do Contrato; 6) Ratificação: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições não ratificadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 16/08/2019; 8) Signatários: Pela Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN e, pela Contratada, Jonas Alves da Silva.

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 30/2019 - UASG 070008

Nº Processo: 40512019. - Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo - limpeza (Sistema de Registro de Preços). Total de Itens Licitados: 00025. Edital: 28/08/2019 de 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa, Nº 215 - Tirol NATAL - RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/070008-05-30-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/09/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCOS FLAVIO NASCIMENTO MAIA
Diretor-Geral
Substituto

(SIDEC - 27/08/2019) 070008-00001-2019NE000041

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo nº 2 ao Contrato nº 34/2009, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 84ª ZE, em Tapas-RS, firmado entre o TRE-RS e a Sra. Analise Contar Tonin e o Sr. Jair Pedro Tonin. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini, Sra. Analise Contar Tonin e Sr. Jair Pedro Tonin. Proc. Se. n. 0002380-97.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 27-8-2019.

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 44/2019 - UASG 070021

Nº Processo: 0005487-52.2019.6. - Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de monitoramento remoto 24 horas, pronto atendimento e de controle do local monitorado, com instalação de sistema de segurança em comodato, comunicação, por dados, através de conexão sem fio (GSM ou GPRS) entre a central de alarme e software de gerenciamento da central de monitoramento 24 horas, com disponibilização de serviço app mobile para as instalações de 59 sedes de Cartório Eleitoral no interior do Estado do Rio Grande do Sul e 01 depósito de urnas em Porto Alegre. Total de Itens Licitados: 00060. Edital: 28/08/2019 de 12h00 às 17h59. Endereço: Avenida Padre Cacique, 96 Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/070021-05-44-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/09/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

(SIDEC - 27/08/2019) 070021-00001-2019NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO SEI Nº 2019.0.000008457-3. CONTRATO Nº 59/19. OBJETO: fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split teto para os cartórios do West Shopping. CONTRATADA: Ecolid Climatização e Serviços de Engenharia ME. CNPJ: 24.988.359/0001-87. FUND. LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94. VIGÊNCIA: 27/08/19 até o recebimento definitivo do objeto, ressalvado o período de garantia a que se refere a cláusula quinta. VALOR: R\$52.249,00, conforme NE nº 991/19. ELEMENTO: 4490.52 - Material Permanente. PROGRAMA: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do orçamento do TRE/RJ.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 43.016/17. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 69/17, de prestação de serviço telefônico fixo comutado- STFC, na modalidade local, do tipo fixo para fixo e de fixo para móvel. CONTRATADA: Telemar Norte Leste S/A "em Recuperação Judicial". CNPJ: 33.000.118/0001-79. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/1993, com redação da Lei nº 8.883/94. OBJETOS: prorrogação do prazo contido na cláusula décima quarta do contrato, pelo período de 01/10/19 a 30/09/20 e supressão no valor global do contrato de R\$ 14.294,46, correspondente a 1,39%. VALOR PARA 2019: R\$ 254.063,59, conforme NE nº945/2019, de 07/08/19. VALOR PARA 2020: R\$762.190,76. ELEMENTO DA DESPESA: 3390.39.58 - Telefonia Fixa e Móvel - Pessoa Jurídica. PROGRAMA: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral do Orçamento do TRE/RJ.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs nºs 63 e 65/2019, Pregão Eletrônico TRE-RO 15/2019. Processo SEI 0001457-44.2019.6.22.8000 - SEI 1º ARP 63/2019 - Adjudicatária: OFFICE TECH TECNOLOGIA LTDA. CNPJ: 07.366.769/0001-77. I) Item 03 do Edital. Quant. 300. Vir Unit. R\$ 281,19; II) Item 04 do Edital. Quant. 300. Vir Unit. R\$ 295,98; III) Item 05 do Edital. Quant. 300. Vir Unit. R\$ 295,56; IV) Item 06 do Edital. Quant. 300. Vir Unit. R\$ 295,24; V) Item 07 do Edital. Quant. 300. Vir Unit. R\$ 292,56; VI) Item 09 do Edital. Quant. 100. Vir Unit. R\$ 307,43; VII) Item 12 do Edital. Quant. 100. Vir Unit. R\$ 304,81; Vir da Ata R\$ 499.383,00. 2º) ARP 65/2019 - Adjudicatária: TI COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI. CNPJ: 27.274.178/0001-87. I) Item 02 do Edital. Quant. 200. Vir Unit. R\$ 38,29; Vir da Ata R\$ 7.658,00. 3º) ARP 65/2019 - Adjudicatária: INOVA SOLUÇÕES INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 32.040.289/0001-02. I) Item 08 do Edital. Quant. 100. Vir Unit. R\$ 294,02; II) Item 10 do Edital. Quant. 100. Vir Unit. R\$ 288,80; III) Item 11 do Edital. Quant. 100. Vir Unit. R\$ 289,93. Vir da Ata R\$ 87.275,00. Valor Total das ARPs: R\$ 594.316,00. Vigência das Atas: 12 a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pelos representantes das empresas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TRE/RR. Processo Administrativo n. 0001780-22.2019.6.23.8000. Contratada: Inovapacotação - Consultoria e Treinamentos Ltda. Objeto: Participação em Seminário. Nota de Empenho: 2019NE000378. Ação: PTRES: 084826 FONTE: 0100 ND 339039 48 PI: ERR TREINA. Valor: R\$ 3.410,00. Vigência: até 31/12/2019. Fundamento Legal: art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei 8.666/1993. Assina, pelo TRE/RR, Alex Caon Fin, Diretor-Geral, na data de 22/08/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 2TA CT19/2017; SEI 0002056-87.2018.6.23.8000; Contratada: Roraima Energia S/A; Objeto: prorrogação de vigência. Assinatura: 26/08/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Alhethson Medeiros de Araújo Dantas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 44/2019 - UASG 070020

Nº Processo: 17514/2019. - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a lavagem e higienização de toalhas de mesa e de rosto, coletes, capas de encosto de cadeiras e a lavagem a seco de togas. Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 28/08/2019 de 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior Nr. 80 Centro - FLORIANÓPOLIS - SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/070020-05-44-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/08/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/09/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital também está disponível no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas Públicas - Licitações - Pregões)

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIDEC - 27/08/2019) 070020-00001-2019NE000115

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: SEI 0064295-12.2019.6.26.8000 - Proc. Lic. PEF 124/2018 - CONTRATADA: Euroline Comércio de Móveis Eireli - CNPJ: 13.622.580/0001-09 - OBJETO: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de mobiliário, por meio da Ata de Registro de Preços nº 40/2019, em consonância com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital - FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, 8.666/93 e 8.078/90 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 329.659,00 - VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade entre as partes e vigorará desde a data de sua assinatura, até o decurso do prazo de garantia com prestação de assistência técnica estabelecida na cláusula X - CREDITO ORÇAMENTÁRIO: "Função Programática" 02122057020GP.0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral", elemento de despesa 4490.52 - "Material Permanente", conforme Nota de Empenho nº 1642 e nº 1643, ambas de 20/08/2019 - DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Gabriela Tonet Bassani, CPF nº 018.866.850-02, pela contratada.

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo resolve notificar a empresa Barú Comércio e Distribuição de Equipamentos Eireli - ME, CNPJ nº 10.881.930/0001-55, na pessoa de sua representante legal, a Senhora Rafaela Gonçalves Ferreira, CPF 029.193.041-78, em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, apresente defesa prévia contra a intenção deste Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em cancelar a Ata de Registro de Preços nº 157/2018, com fundamento no artigo 20, I do Decreto 7892/2013, bem como em penalizá-la com multa compensatória de até 30% sobre o valor do objeto não entregue, especificado na Nota de Empenho nº806/2015, podendo chegar ao valor de R\$1.252,50, com fundamento no subitem 2.3.3 da cláusula XXV do Edital do Pregão Eletrônico Federal nº 129/2018, além do impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 e 87, inciso II da Lei 8.666/93, c.c. item 01 da cláusula XXV do Edital, pela inexecução total do ajuste, nos termos da representação instaurada no processo SEI 0055246-78.2018.6.26.8000.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.
ALESSANDRO DINTOF
Secretário

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo resolve notificar a empresa Dariva Construtora e Comércio Eireli, CNPJ nº 14.931.902/0001-56, na pessoa de sua representante legal, a Senhora Tatiane Dariva, CPF 105.610.767-74, em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, apresente recurso contra a decisão deste Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em aplicar-lhe multa moratória no valor de R\$ 131,39, por atraso na entrega de material de pintura, conforme especificado na Nota de Empenho nº 1189/2019, nos termos da cláusula XIV, item 2, subitem 2.2 do Edital do Pregão Eletrônico Federal nº 15/2019, nos termos da representação instaurada no processo SEI 005623-46.2018.6.26.8000.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.
ALESSANDRO DINTOF
Secretário



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0530201908200161

